

AGORA O BRASIL TEM UMA BASE! A BNCC E AS INFLUÊNCIAS DO SETOR EMPRESARIAL. QUE BASE?

NOW BRAZIL HAS A BASE! BNCC AND THE INFLUENCES OF THE BUSINESS SECTOR. WHAT BASE?

Maria Raquel CAETANO¹


Resumo: Este artigo aborda a relação entre público e privado, os sujeitos que atuaram na elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e o percurso até a sua promulgação. A educação básica passa a ser alvo dos interesses dos grupos empresariais que visam direcionar as políticas educacionais e seu conteúdo. Os dados foram levantados através de análise documental, pesquisas anteriores e sites, estabelecendo relações entre o público e o privado na BNCC. Os resultados apontam de um lado, a educação a serviço do mercado; por outro, o esvaziamento da educação como processo de construção coletiva e a forte influência de grupos privados atuando na direção e no conteúdo da proposta educacional.

Palavras-chave: BNCC. Público-privado. Política educacional.

INTRODUÇÃO

As relações entre o público e o privado estreitaram-se e aprofundaram-se nos últimos anos. Por isso, pesquisar as implicações dessa relação na BNCC tem fundamental importância na atual conjuntura histórica, política, social e educacional. Para abordar o complexo processo em que se deu a promulgação da Resolução CNE/CP Nº 2 de 22 de dezembro de 2017, foi necessário atentar ao movimento da política educacional que, desde a Constituição Federal, indicava a construção de uma Base Nacional Comum. Outras legislações também apontavam a importância de uma Base Nacional Comum para o Brasil.

A temática Base Nacional Comum não é nova. Está prevista na Constituição de 1988 para o Ensino Fundamental e foi ampliada para o Ensino Médio com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a partir da Lei 13.005/2014, em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a Base Nacional Comum Curricular como atualmente é chamada, passou a ser uma agenda do Plano Nacional de Educação.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013); professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, atua no Campus Sapucaia do Sul. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>.

O debate sobre a BNCC ganhou força em 2014 quando o Ministério da Educação (MEC) a retomou para a construção dos direitos de aprendizagem para a educação básica, embora a base aprovada pelo CNE, a partir do documento do MEC, tenha consolidado a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular, que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional; segundo Aguiar e Dourado (2018, p.7), foi um “conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã”. Para os autores, a BNCC tem sido o carro-chefe das políticas educacionais desenhadas pelo MEC e impacta de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação e aos processos avaliativos.

Em 2013, surgiu o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) apresentado como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atuou, segundo o próprio Movimento, para facilitar a construção de uma base de qualidade. “O Movimento promove debates, produz estudos e pesquisas, investiga casos de sucesso em vários países e entrevista alunos e professores (MPB: 2018, p. 4)”. O movimento tem início em abril de 2013, durante um seminário internacional que reuniu algumas instituições brasileiras do setor educacional organizado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e Fundação Lemann. Participaram a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e o Movimento Todos pela Educação.

Na ocasião, ficou claro para os participantes do seminário a necessidade de adotar uma Base Nacional Comum para promover a equidade educacional e o alinhamento do sistema educacional brasileiro. Ou seja, a criação de uma base serviria como “espinha dorsal” para os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas.

A última versão da BNCC, diferente das anteriores, já excluía o Ensino Médio e trazia uma ruptura com a ideia de educação básica, minimizando a EJA e a educação no campo (AGUIAR; DOURADO: 2018). O CNE promoveu audiências em cada uma das cinco regiões do Brasil de junho a setembro de 2017, das quais participaram entidades, professores e interessados, cuja participação (segundo o próprio CNE) restringiu-se a concordar ou não com a proposta.

Em 2017, o MEC encaminha ao CNE a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, elaborada de forma autônoma pelo Comitê Gestor do MEC. Nessa nova versão, muitos limites são detectados e destacados nas audiências públicas regionais, efetivadas pelo CNE (AGUIAR; DOURADO: 2018). De setembro a dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular tramitou no CNE. Ela foi aprovada desconsiderando a construção já produzida pelas instituições educacionais comprometidas com a educação pública de qualidade social e sob forte resistência de três conselheiras, representantes de entidades nacionais, que votaram contra a

BNCC, assim como diversas instituições e associações de docentes e pesquisadores que também manifestaram oposição à Base.

Nas circunstâncias apresentadas, optamos por redigir este artigo com o objetivo de analisar as possíveis influências e protagonismos das instituições privadas e mercantis que atuaram na construção da Base Nacional Comum Curricular brasileira. Importante destacar que essa pesquisa realizou-se entre os anos de 2017 e 2019, um período histórico, político e social com características diferentes do atual. Concordamos com Thompson (1981) quando sustenta: um momento histórico é sempre resultante de processos anteriores e pode auxiliar a compreensão do presente. Para Thompson (1981, p. 48), há “a necessidade de uma lógica de análise histórica adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento”. Por entender que a política educacional está em movimento, apresentamos esse artigo inclusive para registro histórico.

Partimos do pressuposto de que a política educacional não é determinada por mudanças do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas transformações (PERONI: 2007). Já a crise vivenciada não é cíclica, mas estrutural do capital que interfere diretamente na educação. Sendo assim, buscamos articulações capazes de explicar os nexos e os significados do real entre nosso objeto de estudo, as relações público/privado na BNCC, assim como seu movimento espaço-temporal na busca de reconstruir totalidades a partir de particularidades que dialogam entre si.

No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e à análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema) além do aporte teórico de outros autores e pesquisas já realizadas. Para Ciavatta, trabalhar com documentos supõe considerá-los como “resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana possível de um dado momento histórico” (CIAVATTA: 2009, p. 5). Nesse sentido, para entender tais documentos, é preciso interrogá-los, desconstruindo e desmontando. É evidência “num conjunto de evidências e só nesse conjunto encontra sentido” (EVANGELISTA: 2012, p. 78).

Esse artigo, resultado de pesquisas, ganha amplitude teórica a partir do momento que integra as políticas educacionais atuais e traz implicações para a educação pública.

2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O MOVIMENTO PELA BASE

As reformas educacionais em curso no Brasil, como parte de uma agenda global estruturada para a educação (DALE: 2004), redefinem as formas de compreender a gestão da educação e da escola. Isso porque introduzem novos elementos como a parceria público-privado, a gestão por resultados, o voluntariado, a filantropia, a terceirização e, também, o que chamamos de formas de privatização – com

implicações na educação e na escola. A privatização não significa a venda da escola pública (propriedade do Estado), mas uma forma de gestão e funcionamento que incorpora ferramentas do setor privado e do mercado.

A privatização da educação, como tendência, dá-se tanto de forma direta como indireta. Essa disposição instala uma série de mecanismos de mercado no próprio funcionamento da política pública e pode ser transferida ao currículo, elemento-chave na definição do ensino na iniciativa privada. Também podem estar relacionadas à contratação de outros serviços privados nas escolas públicas, como, por exemplo, a formação de professores e gestores; a contratação de consultorias educacionais e serviços de avaliação, entre outros. A BNCC insere-se no processo de privatização da política, por entendermos que sua construção foi influenciada por instituições empresariais como apresentaremos, bem como da escola, pois a BNCC demanda mudanças estruturais nos processos pedagógicos e como as pesquisas vem demonstrando, a opção política das redes de educação, é a contratação de instituições privadas para assessorar a construção do currículo, planos de estudos, PPP, formação de professores e inclusive de sistemas apostilados.

O debate sobre a BNCC ganhou força em 2014 por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação - Lei N° 13.005/2014 - e quando o Ministério da Educação (MEC) retomou o debate para a construção dos “direitos de aprendizagem” na educação básica com o coletivo de educadores, o que foi descartado posteriormente. Reforçou-se a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada à avaliação de tipo padronizada e estandardizada (DOURADO; OLIVEIRA: 2018, p. 40).

A primeira versão da BNCC foi publicada em 2015, contudo, esse processo sofreu uma inflexão a partir de 2015, com a direção dada pela SEB/MEC. Os ocupantes do cargo de ministro da Educação ao longo do período foram Cid Gomes (2/1/2015 a 19/3/2015), Renato Janine Ribeiro (6/4/2015 a 4/10/2015) e Aloizio Mercadante (5/10/2015 a 11/5/2016), conforme a plataforma do MEC na internet (TUTTMAN; AGUIAR: 2019). Em 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma e com a ascensão de Michel Temer ao poder, na gestão de Mendonça Filho e Maria Helena Castro, o documento passou por mais duas versões, pouco debatidas com os educadores, incluindo revisões internacionais baseadas no *Common Core* americano. Os resultados do *Common Core* americano demonstram que não há redução nos níveis de desigualdade social e racial com políticas centralizadas (RAVITCH: 2013).

A base aprovada pelo CNE, a partir do documento do MEC em 2017, consolidou a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional, ou seja, o conceito até então utilizado “construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã” (AGUIAR; DOURADO: 2018, p. 7).

Nessa perspectiva, portanto, não cabe a associação da expressão “base comum” a “currículo”. Em nosso entendimento, também não parece ser o que determinam as legislações, já que elas não fazem tal vinculação. Efetivamente, o que a legislação sinaliza é que deve haver uma base nacional comum que oriente e dê sustentabilidade à elaboração dos currículos escolares, mas com a percepção de que o currículo “é o coração da escola”, como afirmam Moreira e Candau, e cabe a ela a responsabilidade de sua construção, de maneira participativa (TUTTMAN;AGUIAR: 2018,p. 85)

A BNCC foi aprovada por um CNE alinhado com o governo Temer e o MEC em dezembro de 2017 com voto contrário de três conselheiras comprometidas com a educação pública e com as entidades educacionais que representam. Márcia Ângela Aguiar, na declaração de seu voto contrário à BNCC, deixou claro que o documento rompe com o princípio conceitual de Educação Básica, afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas e atenta contra a organicidade da Educação Básica necessária à existência de um Sistema Nacional de Educação (AGUIAR, DOURADO: 2017, p. 21).

Da mesma forma, a conselheira Malvina Tuttmann conclui seu voto afirmando: “lutarei para que o diálogo democrático e republicano aconteça em todos os espaços e recantos do Brasil, inclusive neste colegiado” (AGUIAR, DOURADO: 2017,p. 22). Pelas palavras das conselheiras, percebemos que o processo de elaboração e aprovação da BNCC não foi construído à luz da gestão democrática e está investida de interesses privatistas implementados nas secretarias de educação e escolas (PERONI; CAETANO: 2015).

Durante o processo de construção da base, movimentos empresariais articularam-se no Movimento pela Base Nacional Comum (MPB) e coordenaram esse processo. Eles se apresentaram como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma base de qualidade. Esse movimento foi coordenado pela Fundação Lemann em conjunto com outras instituições públicas e privadas, influenciando a política educacional brasileira, assim como ocorreu no *Common Core* americano, financiado pela Fundação Bill Gattes (CAETANO: 2019). Em relação à BNCC, é importante destacarmos os votos contrários de três conselheiras do CNE: Marcia Angela Aguiar, Malvina Trutmann e Aurina Oliveira Santana que denunciaram, de certa forma, a falta de transparência, diálogo e democracia no processo. Marcia Angela, no seu posicionamento contrário à BNCC, alega:

O mesmo rompe com o princípio conceitual de Educação Básica ao excluir a etapa do Ensino Médio e minimizar a modalidade EJA, e a especificidade da educação no campo; desrespeita o princípio do pluralismo proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); fere o princípio de valorização das experiências extraescolares; afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas; atenta contra a organicidade da Educação Básica necessária à existência de um Sistema Nacional de Educação (SNE) (AGUIAR; DOURADO: 2018, p. 21).

A autora ainda declara, ao votar contra a BNCC, que o Conselho Nacional de Educação, ao aprovar a terceira versão da BNCC, apresentada pelo Ministério da Educação, abdica do seu papel como órgão de Estado, fragiliza a formação integral dos estudantes, além de ferir a autonomia dos profissionais da Educação. O voto contrário da Conselheira Malvina Tania Tuttman justificou-se nos seguintes termos: o CNE deve exercer o papel de órgão de Estado e não de governo, como demonstrou à época ao aprovar documentos incompletos. Conforme Malvina, seu posicionamento denuncia a falta de diálogo democrático, inclusive no CNE:

[...] reitero o meu posicionamento contrário ao Parecer, por ser favorável ao diálogo democrático e republicano, como princípio que fundamenta a minha trajetória de quase cinquenta anos com professora deste país. Concluo, afirmando que lutarei para que o diálogo democrático e republicano aconteça em todos os espaços e recantos do Brasil, inclusive nesse colegiado (AGUIAR; DOURADO: 2018, p. 22).

Conferindo um tom não democrático, as conselheiras denunciam a forma como foi se construindo um processo que retirou entidades, pesquisadores, professores e comunidade educacional do processo de construção dessa política curricular para o Estado brasileiro. Com a proposta do MEC de realizar novos estudos para a preparação de um documento sobre a BNCC, em 2014, cerca de 120 profissionais da educação, entre eles professores da Educação Básica e da Educação Superior de diferentes áreas do conhecimento, foram convidados pelo Ministério para elaborar um documento que resultou na “primeira versão” da BNCC. Essa versão foi colocada em consulta pública, por meio de internet, entre outubro de 2015 e março de 2016. As contribuições foram sistematizadas por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e subsidiaram o MEC na elaboração da “segunda versão”. Segundo Aguiar e Dourado (2018), em uma análise mais detalhada, já nessa primeira versão a maior parte das contribuições foram individualizadas, sem passar por um processo coletivo de discussão. Posteriormente, o MEC analisou a sistematização das contribuições e definiu o que seria incorporado ao documento, originando a “segunda versão”. Da mesma forma, a “segunda versão” da BNCC foi publicizada, agora sob a coordenação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), organizadores de seminários por todo o país, utilizando a mesma premissa de participação.

O documento foi apresentado por componentes curriculares e os participantes, agora reunidos em grupos específicos, concordaram ou discordaram do que lhes foi apresentado. Segundo documento publicado por Aguiar e Dourado (2018), nesse processo manteve-se uma forma tênue de participação. A metodologia repetiu-se. O MEC, com a formalização de um Grupo Gestor, instituído pela Portaria número 592, de 17 de junho de 2015, definiu as contribuições que seriam acolhidas. Surgiu, então, a “terceira versão”, apresentada ao CNE para análise. Fica clara a metodologia de construção linear, vertical e centralizadora; por outro lado, a nova proposta não

cumpriu com as exigências legais ao excluir uma das etapas da Educação Básica: o Ensino Médio. A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular foi elaborada de forma autônoma pelo Comitê Gestor. Nessa nova versão, muitos limites mantidos foram detectados e destacados nas audiências públicas regionais, efetivadas pelo CNE. A análise detida dessas contribuições não se efetivou e a tramitação célere da matéria na Comissão Bicameral comprometeu o processo de discussão e deliberação, resultando, entre outros, no pedido de vista das três conselheiras.

Os movimentos realizados pela presidência do CNE tiveram como objetivo uma tramitação rápida, sem uma análise mais aprofundada dos objetivos fundantes de uma política educacional nacional estruturante, que se transformaria em lei. Sessões foram marcadas arbitrariamente com intervalos curtos para a realização de análises de documentos, bem como a ausência de emendas realizadas por conselheiras. Esse modelo de política curricular privilegia modelos estruturados como cartilhas, instruções programadas, guias, plataformas digitais e retiram dos professores a autonomia no desenvolvimento do seu trabalho, bem como tornam a educação um grande negócio, em que tudo se compra e se vende.

Entre a leitura da primeira versão e a que foi aprovada pelo CNE em 2017, percebemos uma alteração conceitual entre base nacional comum e base nacional curricular comum, direitos de aprendizagem e competências e habilidades. Isso mostra mudança na própria concepção curricular que norteia a base e nos interessa. A tramitação ocorreu a partir de 2014 com consensos e dissensos a respeito de uma base nacional comum e suas três versões contaram, em uma primeira fase, com a participação de professores e especialistas de universidades, sendo disponibilizada a consulta pública na internet, que resultou na primeira versão. Em 2016, a segunda versão do documento da BNCC foi oferecida e submetida à discussão em seminários realizados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Nesse período, foi constituído um Comitê Gestor do MEC para receber as sugestões dos seminários. Por fim, uma terceira versão - considerada novidade aos professores - foi apresentada e constitui-se como um documento renovado, com “conteúdos” diferenciados.

Um dos principais protagonistas do setor privado mercantil foi a Fundação Lemann-FL. Quando surgiu em 2002, o objetivo principal da FL era melhorar a gestão e a avaliação da educação pública brasileira. Como o Relatório Lemann de 2002 afirma, a fundação foi criada para concentrar-se na melhoria da metodologia de gestão na área da educação, com a introdução de uma cultura orientada para resultados (RELATÓRIO LEMANN: 2012). O relatório justifica esse foco como a extensão lógica de boas práticas de negócios para a esfera pública educacional: “Vindo do mundo dos negócios, e sabendo a importância de medir resultados, acreditamos que um objetivo semelhante adaptado às necessidades da educação é uma necessidade” (LEMANN: 2012, p. 6). Assim, no próprio relatório da Fundação Lemann, consta que seu objetivo era melhorar os sistemas de gestão e criar uma cultura de avaliações.

Essas políticas estão alinhadas com as mudanças cada vez mais globais focadas em currículos comuns e avaliações.

Em 2014, conforme Tarlau e Moeller² (2019, p. 14), os participantes do Movimento pela Base conseguiram aprovar uma emenda ao Plano Nacional de Educação de 2014, que introduziu um cronograma para a criação de Padrões Nacionais de Aprendizagem. Segundo uma executiva, membro do Movimento pela Base, o objetivo de criar uma BNCC entrou no PNE 2014 e deu um impulso muito grande ao movimento. “A criação de uma BNCC agora tinha um prazo para ser escrito até junho de 2016” (*idem*).

O Movimento pela Base atuou como uma rede e, para Ball e Olmedo (2013, p. 41), criou “[...] redes dentro de redes [...]. Esses são canais para a promoção de políticas e as ideias delineadas [...] se formam e são colocadas em prática”. No caso do MPB, os sujeitos vão se movimentando, trocando de lugares e outros sujeitos vão sendo incorporados. A formação atual não é a mesma que iniciou o MPB em 2013 pois novos sujeitos foram integrando-se a ele. Atualmente, o movimento apresenta a seguinte estrutura: Pessoas, Conselho Consultivo e Apoio Institucional (MPB: 2018).

O grupo que compõe o Movimento, segundo ele mesmo, é formado por pessoas e instituições atuantes na área de educação. Muitos estão ou estiveram ligados à (ao) Undime, Consed, CNE, MEC. Outros estavam inicialmente no movimento e alçaram postos no MEC, como é o caso de Katia Smole ligada ao grupo Mathema que estava na primeira formação do MPB, ou Maria Helena Castro secretária executiva do MEC na gestão FHC. Temer faz parte da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional) que integra o Conselho Institucional do MPB. Ou, ao contrário, estiveram em funções públicas e hoje estão no privado como é o caso de Ricardo Henriques, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, e Diversidade do MEC (2004-2007) no governo Lula e hoje integrante do Instituto Unibanco; Ricardo Paes de Barros, Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011/2015) no governo Dilma Rousseff hoje atuante no Instituto Ayrton Senna e no Insuper; ou Maria Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação de 2007 a 2012 e hoje atua na Fundação SM ligada a Santillana. Essas relações entre público e privado são muito tênues quando tratamos de políticas educacionais no atual momento histórico, político e social.

Em relação às “pessoas” e as instituições que representam, envolvidos no MPB, secretários de educação e ex-secretários, integrantes e ex-integrantes do CNE, INEP, integrantes e ex- integrantes do MEC e o ex- ministro da educação Rossiele Rossi e atual secretário estadual de educação de São Paulo, além de deputados integrantes da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ex integrantes da Undime,

² Pesquisadoras das Faculdades de Educação e Escola de Relações de Trabalho e Emprego da Universidade Estadual da Pensilvânia e da University Park, PA, EUA; Departamento de Estudos de Políticas Educacionais, Universidade de Wisconsin Madison, Madison, WI, EUA, respectivamente.

consultores, além de pessoas ligadas ao Partido da Social Democracia Brasileira, entre outros. Todos esses participaram e participam de propostas privatistas para educação, em municípios, estados e no MEC. Sobre os sujeitos atuantes no MPB,

cada membro da mobilização é um potencial de *advocacy*³. Eles são pessoas muito diferentes, o grupo é bastante plural, então cada uma dessas pessoas tem um conjunto muito diferente de “interlocutores”. Os membros são a defesa do grupo porque eles falam com os interlocutores mais interessantes para eles. Há pessoas com maior diálogo com os movimentos sociais, há pessoas com mais diálogo com outras fundações, algumas pessoas conversam com o governo, algumas pessoas *estão* governo. Então a mobilização é um organismo de *advocacy*, é muito interessante dizermos as mesmas coisas, com cores diferentes às vezes, mas os princípios são os mesmos. Em vez de ter uma defesa, você tem 60 (Entrevista *Lemann Foundation*, 2016). (Tarlau; Moeller: 2019, p. 15) (tradução livre da autora).

Ball (2014) pesquisa a ação dos filantropos e empreendedores de políticas e ajuda-nos a compreender os movimentos da Fundação Lemann, cujo presidente é o empresário Jorge Lemann, um dos homens mais ricos do Brasil. A Fundação Lemann apoia, participa ativamente e é a secretária executiva do Movimento pela Base, que, segundo o MPB, deve garantir a qualidade do documento e sua implementação. No Relatório Anual 2014, informa a intensificação na interlocução e parcerias com Undime, Inep, Capes, MEC e secretarias estaduais e municipais. Em relação à Base Nacional Comum Curricular, o mesmo relatório aponta a participação ativa da Fundação Lemann na construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Prossegue dizendo: “produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país. O tema entrou definitivamente na agenda pública nacional” (Fundação LEMANN. Relatório Anual: 2014, p. 9).

Segundo estudo de Tarlau e Moeller (2019) sobre como uma fundação privada que impulsionou os padrões de aprendizagem no Brasil, houve uma tentativa de líderes corporativos de angariar poder para influenciar a educação pública. Esse estudo afirma que,

em relação à Fundação definindo a agenda, de acordo com um representante da Fundação Lemann, “o grupo de membros [individuais e institucionais] decide quais são as prioridades para o ano, as decisões estratégicas e esse grupo acompanha os desenvolvimentos do MPB. O Secretariado Executivo da mobilização está em contato com essas pessoas todos os dias, literalmente, trocando ideias todos os dias, pedindo suas opiniões, conselhos e sugestões” (Entrevista *Lemann Foundation*, 2016). (Tarlau; Moeller: 2019, p. 16) (tradução livre da autora).

³ *Advocacy* é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. Na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências dá-se o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>>.

Durante a segunda metade de 2013, a Fundação Lemann ajudou a organizar uma série de eventos com os participantes do seminário para promover a ideia da BNCC entre um grupo não partidário de políticos e funcionários do governo. No entanto, ao invés da Fundação Lemann liderar esses esforços, os protagonistas eram vistos como uma ampla gama de pessoas identificadas como parte do Movimento pela Base que trabalhou para formar o consenso necessário à elaboração da BNCC (TARLAU; MOELLER: 2019).

Para as pesquisadoras, a influência da Fundação Lemann pode ser classificada em quatro categorias: recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia e redes informais e formais (TARLAU; MOELLER: 2019, p. 15).

Primeiro, em termos de recursos econômicos, a Fundação Lemann apoiou governos e funcionários do governo[...]. Por exemplo, um dos professores que ajudou a escrever o BNCC, Tiago, disse que o Movimento pela Base e a Fundação Lemann financiou muitas reuniões e viagens. Manuel Palácios recordou, em particular, a importância deste apoio financeiro para grupos como o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação). (TARLAU; MOELLER: 2019, p. 15).(tradução livre da autora).

Em segundo lugar, a Fundação Lemann também financiou e forneceu aos funcionários do governo informações relevantes através de seminários, traduzindo documentos internacionais para o português, financiando relatórios de pesquisa e convidando especialistas internacionais para falar sobre suas experiências e escrever os padrões nacionais de aprendizagem. A Fundação não ofereceu apenas insumos informativos, mas definiu os pontos e os critérios básicos para todo o processo de escrita.

Peroni, Caetano e Aleraro (2019) observam que os interesses privados conduzidos pelo Movimento pela Base, coordenado pela Fundação Lemann por meio do *Lemann Center*, ligado à Universidade de *Stanfort-USA*, buscou especialistas, ligados ao *Comum Core* americano, para revisar a primeira e a segunda versão da base. Uma das revisões, datada de fevereiro de 2016, e assinada por David Planke, alertava para uma possível oposição à base, a partir da experiência americana. A terceira versão foi revisada pelas instituições internacionais como *The Curriculum Foundation*, instituição inglesa; *Accara*, instituição australiana; e Phill Daro e Susan Pimentel que atuaram no *Comonn Core* americano; além de Sheila Byrd Carmichael. Todos esses assinam a avaliação da BNCC (LEMANN CENTER, 2015-2016).

A estratégia mais importante para influenciar os decisores políticos foi simplesmente construindo uma rede de políticos proeminentes e respeitados especialistas em educação que apoiaram a BNCC. Por exemplo, João, um membro executivo do Movimento pela Base, explicou: Meu trabalho era com os secretários da educação, era garantir que esse debate chegasse à fonte. Eu fui a reuniões com muitos Secretários Municipais de Educação, reuniões de UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), reuniões do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), a fim de trazer essa discussão (da BNCC) para esses grupos. (TARLAU; MOELLER: 2019, p. 16). (Tradução livre da autora).

Este processo de visitar funcionários de governos em todo o país e avançar a discussão do BNCC deu resultado. Em 2016, o Movimento pela Base tinha sessenta e cinco membros. Eram todos poderosos influenciadores no campo educacional, especialmente instituições privadas. Essa rede incluiu trinta líderes da fundação, dezenove autoridades educacionais, oito pesquisadores universitários e sete políticos. Buscou-se, assim, políticos de várias vertentes para tornar a iniciativa política não-partidária. Houve mudanças na configuração do grupo, pois alguns foram alçados ao Ministério da Educação à época. Isso demonstra a influência da Fundação Lemann no governo daquele período.

As ações desempenhadas pela Fundação Lemann no MPB incluem a secretaria executiva do MPB, mobilização para a consulta pública, coordenação de leituras críticas da 1ª e 2ª versão da BNCC incluindo consultores internacionais e sistematização de contribuições para produção de versão da BNCC encaminhada ao Ministério da Educação, dentre outras ações, despontam o protagonismo da fundação no MPB. A Fundação Lemann é vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da GP Investimentos e um dos sócios da 3G Capital, proprietária de ABInbev, maior empresa de cerveja do mundo, de Kraft Heinz, Lojas Americanas, entre outros negócios.

Estão nesse grupo ainda a Fundação Roberto Marinho, do Grupo Globo, maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina; Instituto Unibanco, presidido por Pedro Moreira Salles, do Itaú Unibanco, caracterizado como maior conglomerado financeiro da América Latina; Instituto Natura, cujo financiamento majoritário advém do Grupo Natura, que, recentemente, adquiriu a empresa da L’Oreal, líder global de cosméticos; Instituto Inspirare, mantido integralmente com recursos da família Gradin, que detém 20% da Empresa Odebretch. A partir de 2016 a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal figura como apoiadora institucional do MPB, sendo que de seu comitê de investimentos fazem parte familiares da União Vidigal de Participações Ltda. e UV Gestora de Ativos Ltda (NEVES; PICCININI: 2018, p. 191).

Entre os sujeitos coletivos, figura também o Instituto Ayrton Senna que, presidido por Viviane Senna, abrange um conjunto mais amplo de empresas como Itaú, Itaucard, Procter&Gamble e também LIDE (Grupo de Líderes Empresariais) dirigida por representantes de grandes corporações, ex-ministros de Estado e especialistas em diversas áreas de atuação (IAS: 2019, s/p). As instituições que chamamos de sujeitos coletivos, oferecem todo tipo de soluções para a educação pública e lançam no mercado todo tipo de material, especialmente aquele destinado à rede pública, da educação infantil ao ensino médio: programas, livros didáticos, *softwares*, manuais, plataformas digitais, formação de professores, incluindo contratação de consultores para todo tipo de serviços na educação.

Atualmente, o grupo que compõe o Movimento, segundo ele mesmo, é formado por pessoas e instituições atuantes na área de educação. Muitos estão ou estiveram ligados à Undime, Consed, CNE, MEC. Outros, chamados de sujeitos

individuais, estavam, inicialmente, no movimento e alçaram postos no MEC, como é o caso de Katia Smole ligada ao grupo Mathema que estava na primeira formação do MPB, ou Maria Helena Castro, membro da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional), que integra o Conselho Institucional do MPB, e secretária executiva do MEC na gestão FHC e Temer.

Caso emblemático é a atuação de Eduardo Deschamps (PSD-SC), Presidente do Consed até 2016. Ele foi Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina e presidente do Conselho Nacional de Educação na época das reformas. Ou ao contrário: estiveram em funções públicas e hoje estão no privado como é o caso de Ricardo Henriques - foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (2004-2007) no governo Lula e hoje integrante do Instituto Unibanco - e de Ricardo Paes de Barros - Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011-2015) no governo Dilma Rousseff e hoje atuante no Instituto Ayrton Senna e no Insper. Ou de Maria Pilar Lacerda - Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação de 2007 a 2012 e hoje na Fundação SM ligada a Santillana, braço editorial do grupo PRISA, líder em meios de comunicação, entretenimento e educação. Suas marcas globais como El País, Santillana e 40 *Principales* estão presente em vinte e dois países. No Brasil, atua desde 2001 nos segmentos de livros didáticos (Editora Moderna), de literatura infanto juvenil (Moderna e Salamandra), materiais para ensino de idiomas (Richmond e Santillana Español), além de avaliação educacional (AVALIA) e sistema de ensino (UNO) e o SmartLab, plataforma de conteúdos educacionais integrados baseada em três eixos fundamentais: conteúdos educacionais digitais e interativos, formação continuada de professores e ambiente colaborativo. Também está nesse grupo, Ricardo Henriques, economista e professor da Faculdade de Economia da UFF. Ele é pesquisador especializado em Economia Social, tendo trabalhado com temas como educação, desigualdade, pobreza e distribuição de renda. Ex-pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), ex-secretário executivo do Ministério da Ação Social, ex-secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação. Como secretário executivo do Ministério de Assistência e Promoção Social, coordenou o desenho e a implementação do programa Bolsa Família. Atualmente, é superintendente executivo do Instituto Unibanco e protagonista da Reforma do Ensino Médio. É também membro do Conselho de Administração do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE) da UNESCO.

Os sujeitos individuais que fazem parte do MPB desde a sua fundação estavam ora no Estado e ora no mercado como apresentamos. Essas relações entre público e privado são muito tênues quando tratamos de políticas educacionais no atual momento histórico, político e social. Conforme Peroni e Caetano (2015), esse grupo é composto de grandes instituições privadas articuladas com instituições educacionais globais, visando promover mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e na avaliação e, conseqüentemente, na formação docente, entre outros. Essas

instituições propuseram conteúdos à base, como, por exemplo, o Instituto Ayrton Senna, que apresentou recomendações para o desenvolvimento de competências socioemocionais, criou em 2015 o Laboratório EduLab21 e propõe o SENNA, que é avaliação dessas competências. Atua como *think thank* promovendo workshops e seminários em parceria com instituições do Movimento pela Base, Consed, Undime, Unesco e OCDE, visando influenciar a BNCC. O IAS atua no conteúdo da proposta da base e na direção das políticas públicas conforme informações do site: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/Atuacao2/edulab-21.html>.

A Associação Nacional de Pós-graduação em Educação - ANPED, em documento datado em 6 de dezembro de 2014, rejeita a proposta do SENNA como política pública para medir as competências socioemocionais, produto de iniciativa do Instituto Ayrton Senna em parceria com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Essa perspectiva foi colocada com a presença do Ministério da Educação (MEC) apoiando a realização de seminários em que tal proposta foi divulgada, além de parceria firmada entre Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão ligado ao MEC, e o Instituto Ayrton Senna (IAS) para a criação do Programa de Formação de Pesquisadores e Professores no Campo das Competências Socioemocionais. (ANPED: 2014, p. 1).

A entidade questiona ainda o que significa uma instituição privada definir o “conteúdo da educação” por meio de avaliações socioemocionais. No Brasil, por um lado, “avancamos no acesso à educação, mas, por outro, há um avanço da privatização do público e da naturalização das perdas da democratização da educação” (ANPED: 2014, p. 1).

No documento final da BNCC, intitulado Educação é a base, com o apoio do MPB (BRASIL: 2017), apresentam-se as competências gerais que se tornaram obrigatórias para os sistemas e escolas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação, autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. Percebemos, na descrição das competências, a orientação para as competências socioemocionais, além do empreendedorismo e meritocracia abordados em outro estudo.

Considerando as competências definidas pela BNCC e os interesses do capital pela educação, podemos relacionar os tipos de capacidades exigidas pela nova base produtivo-capitalista que é criar novos tipos de relacionamento interpessoal com o objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho. E, para isso, é importante o trabalhador ser capaz de trabalhar em equipe, saber relacionar-se com os outros, participar, expressar-se, propor soluções e oferecer sugestões. Esse novo perfil do trabalhador, exigência da nova forma de organização do processo produtivo-capitalista, demanda formação que não pode ser oferecida apenas em treinamento de curto prazo e dentro da empresa (FREITAS: 1995). Esse novo perfil de trabalhador exige o desenvolvimento de “habilidades que necessitam ser desenvolvidas dentro do

sistema educacional regular, ainda que não necessariamente dentro da escola pública” (FREITAS: 1995, p. 127).

É a primeira vez que o MEC apresenta uma proposta oficial definindo, de forma explícita, a sua obrigatoriedade e sua fundamentação na Pedagogia das Competências. Dessa forma, contraria o dispositivo constitucional que garante o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, como direito do ensino brasileiro (art. 206, III, Constituição Federal).

O processo de construção da BNCC foi incorporando bandeiras do movimento empresarial e, por outro, o financiamento do grande capital alinhados a OCDE. Portanto, temos instituições empresariais atuantes em programas na educação básica, prestadoras de todo tipo de serviço para a educação e gerentes dispostos a fazer parte desse grupo para controlar os processos e os serviços oferecidos, direcionando a educação.

A base fragmenta a educação básica deixando de fora o ensino médio, nega o debate escolar sobre gênero, raça e diversidade e compromete o futuro de milhões de estudantes das escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES

Neste artigo constam resultados da pesquisa sobre a BNCC e um dos seus objetivos era contribuir para o diálogo sobre o tema como política pública no contexto de crise do capital caracterizado pela supremacia do mercado e esvaziamento dos princípios democráticos que constam no aparato legal brasileiro para a educação. O novo projeto societário está em disputa com um novo projeto educacional baseado na produtividade para o mercado, esvaziando o conteúdo político-pedagógico do currículo. O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia para a educação pública tendo como referência as reformas globais.

A BNCC revela o interesse de grandes grupos empresariais privados, muitos deles com o intuito de indicar a direção das políticas educacionais, através dos sujeitos envolvidos, e influenciar o conteúdo da proposta com formas pouco democráticas, sem a ampla participação das entidades, professores, alunos e comunidade escolar. Em relação ao conteúdo da proposta da BNCC, evidenciamos, ao longo do texto, o deslocamento do enfoque da educação como processo amplo para aprendizagem ao longo da vida.

A BNCC apresenta características de um currículo restritivo e padronizado, que deverá ser monitorado por indicadores de desempenho e de impacto através das avaliações para resultados. De um lado, subordinar a educação aos interesses das relações de produção capitalistas, bem como a ampliação da formação de mão de obra para o mercado de trabalho e do consumo que colocam a educação a serviço do mercado, por outro o esvaziamento da educação como processo democrático.

A BNCC inscreve-se em um projeto de privatização da educação atendendo aos interesses da expansão do capital e das reformas globais, visando esvaziar a educação como processo de construção coletiva em detrimento da ação e influência de grupos privados atuando na direção e no conteúdo da proposta educacional. Que base para qual educação?

CAETANO, M. R. Now Brazil has a Base! BNCC and the influences of the business sector. What Base? *Educação em Revista*, Marília, v. 21, n. 2, p. 65-82, 2020.

Abstract: This article addresses the relationship between public and private, the subjects who worked on the elaboration of the Common National Curricular Base-BNCC and the path to promulgation. Basic education becomes the target of the interests of these groups, which aim to direct educational policies and their content. The data were collected through document analysis, research already carried out, websites, establishing relations between the public and the private sector at BNCC. The results point, on the one hand, to education at the service of the market, on the other, the emptying of education as a collective construction process and the strong influence of private groups acting on the direction and content of the educational proposal.

Keywords: BNCC. Public-private. Educational policies.

REFERÊNCIAS

ANPED. Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Educação. *Carta Aberta a comunidade acadêmica e aos representantes de secretarias e órgãos do Ministério da Educação sobre Avaliação em larga escala de habilidades não cognitivas de crianças e jovens*. 6/11/2014. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/carta_aberta_avaliac_a_o_habilidades_na_o_cognitivas.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019

BALL, Stephen. Educação Global S.A. *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antônio. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). *Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: LiberLivro, 2013, p. 33-47.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União*. Seção 1. Brasília, DF, 22 dez. 2017. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/12/2017&jornal=515&pagina=41&totalArquivos=416>> Acesso em: 28 fev. 2020.

_____. *Constituição Federal*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (PNE). *Diário Oficial da União* - Seção 1 – Brasília, DF: Edição Extra, 2014.

CAETANO.M.R. Discutindo o público e o privado nas políticas educacionais brasileiras: a BNCC em foco. In: SANTOS, Arlete Ramos dos.et all. (orgs.). *Educação e Movimentos Sociais: análises e desafios*. 1ed.Jundiaí: Pacco Editorial, 2019, v. 4, p. 233-258.

ClAVATA. Maria. Estudos Comparados: sua epistemologia e sua historicidade. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, 2009, p. 129-151.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto, número 16, 2004, p. 423-460.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (2009) A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cadernos CEDES*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215.

EVANGELISTA. Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO. Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES. Doriedson S.(orgs.). *A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais*. Campinas: Alínea Editora.2012.

FREITAS. Luis Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 1995.

FUNDAÇÃO LEMANN. Disponível em <https://fundacaolemman.org.br/transformamos> Acesso em: 20 fev. 2019.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório 2002*. Disponível em: <https://fundacaolemman.org.br/materiais/relatorio-anual-2002>.Acesso em: 22 de jan. de 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório 2014*. Disponível em: <https://fundacaolemman.org.br/materiais/relatorio-anual-2014>.Acesso em: 22 de jan. de 2020.

GRUPO SANTILLANNA. Disponível em: <<https://www.gruposantillana.com.br/santillana>>. Acesso em: 20 fev.2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Como atuamos*. Disponível em: <<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao.html#atuacao/Acesso>>. Acesso em: 20 fev.2019.

LEMANN CENTER. *Base Nacional Comum Curricular 2016*. Parte I: Implementação da BNC: Lições do “Common Core” Por David Plank – 17 de Fevereiro de 2016. Disponível em <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Implementacao-david-plank-portg.pdf>. Acesso em 26 jun 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. *Quem somos*. Disponível em:<<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>.Acesso em: 30 jun.2018.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NEVES. Rosa .M.C.;PICCININI. Cláudia L. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidencia histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, mai. 2018, p. 184-206.

PERONI V. M; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação Projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI, V.M.V. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: *Revista SIMPE – RS*, Porto Alegre, 2007, p. 11-33.

PERONI, V.M.V. As Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. Tese (promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

RAVITCH, Diane. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano*: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação. Porto Alegre: Sulina, 2011, 318p.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. ‘Philanthropizing’ consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil. *Journal of Education Policy*, jan. 2019.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUTTMAN, Malvina T.; AGUIAR, Marcia Angela. A construção da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental: uma visão crítica. In: SIQUEIRA, Ivan C.P.(org.). *BNCC: educação infantil e ensino fundamental*. Processos e demandas no CNE (Conselho Nacional de Educação). São Paulo : Fundação Santillana, 2019.

Recebido em: 29/03/2020.

Aprovado em:15/05/2020.

